



## SOCIEDADE

# População aumenta 4,7%, mas em ritmo mais lento

Levantamento do IBGE até 1º de julho estima os brasileiros em 212.583.750 habitantes e constata desaceleração no crescimento

» CAMILA CURADO

O Brasil tem, atualmente, 212.583.750 habitantes, e apresentou um crescimento de 4,7%, na comparação com o verificado no ano passado. Os dados foram divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apontam o total de moradores de estados e municípios coletado em 12 meses, fechados em 1º de julho. Em 2023, a estimativa apresentada foi de 203.080.756 de pessoas.

Nos últimos anos, o Censo e as projeções populacionais do IBGE têm mostrado a desaceleração no crescimento da população. Isso é reflexo da queda do número de filhos por mãe e do envelhecimento dos brasileiros em geral.

Dos 5.570 municípios, 15 concentram mais de 1 milhão de pessoas e, desta lista, 13 são capitais — os outros dois são Campinas e Guarulhos, ambos em São Paulo, e a capital maranhense, São Luís. Esse grupo de cidades detém 20,1% dos cidadãos do país, o correspondente a 1/5 da massa populacional brasileira.

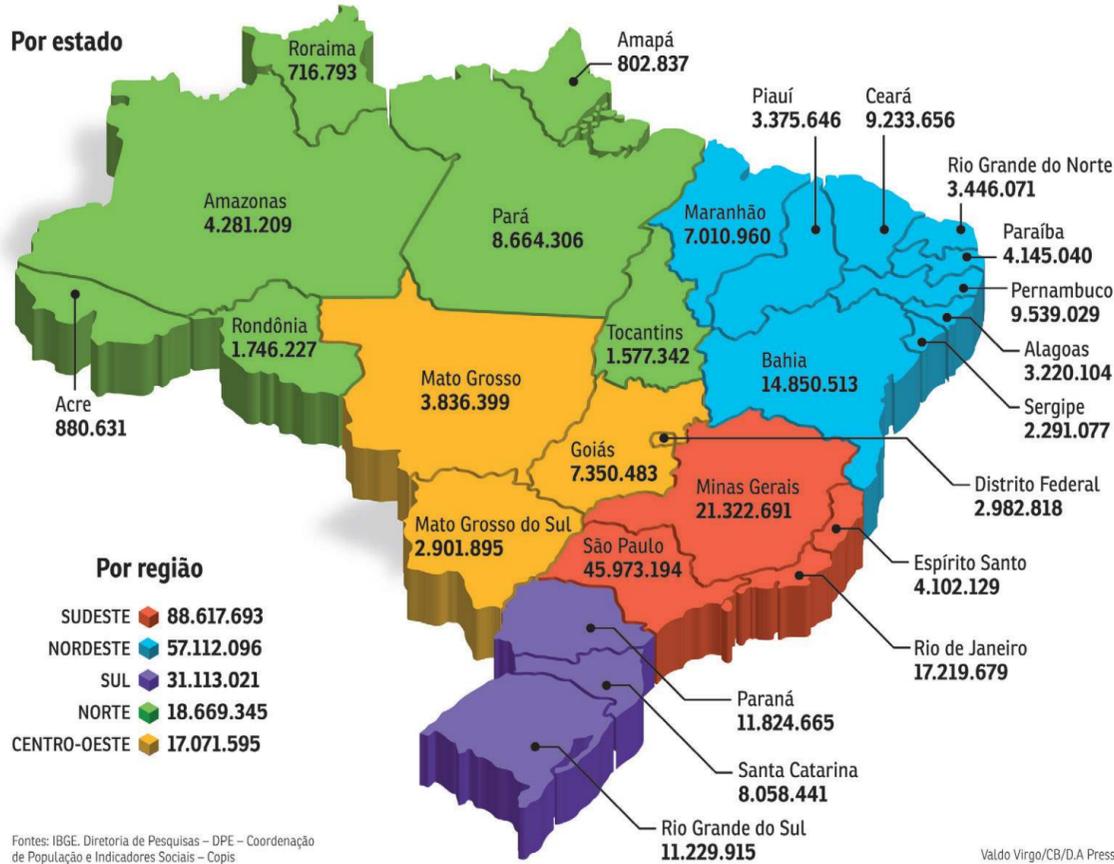
Brasília continua em terceiro lugar entre os municípios mais populosos, com quase 3 milhões de pessoas, atrás de São Paulo — que segue na liderança, com aproximadamente 11,9 milhões — e do Rio de Janeiro — segundo no ranking, com cerca de 6,7 milhões.

Na outra extremidade do levantamento, estão os 26 municípios que não chegam a ter 1,5 mil habitantes — grupo que reúne 0,02% da massa populacional. Das menores cidades do Brasil, três têm menos de mil moradores: Borá (SP), com 928; Anhanguera (GO), com 921; e Serra da Saudade (MG), com 854.

## A 7ª maior população do planeta

O Brasil tem 212.583.750 habitantes

### Por estado



Fontes: IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – Cópis

Valdo Virgo/CB/D.A. Press

### Por região

SUDESTE	88.617.693
NORDESTE	57.112.096
SUL	31.113.021
NORTE	18.669.345
CENTRO-OESTE	17.071.595

### Desproporção

O estado de São Paulo acumula 46 milhões de pessoas, o que representa 21,6% dos brasileiros. Essa distribuição desproporcional espelha um processo de

concentração demográfica que ocorre há décadas. Já as 48 cidades acima de 500 mil habitantes concentram, juntas, mais de 30% do total de pessoas no país.

Minas Gerais é o segundo estado mais populoso (21 milhões

de pessoas), mas tem uma densidade demográfica menor que São Paulo. Em seguida, vem o Rio de Janeiro, com 17 milhões.

“Ao longo de vários anos, municípios acabaram superando a marca dos 500 mil habitantes.

Embora os maiores centros urbanos não apresentem o mesmo crescimento de antes, ainda têm um forte peso demográfico”, observa o gerente de Projeções e Estimativas Populacionais do IBGE, Marcio Minamiguchi.

O anúncio da nova estimativa da população brasileira é relevante para as contas públicas, pois interfere diretamente no cálculo do Fundo de Participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os números também servem de parâmetro para indicadores sociais, econômicos e demográficos.

### Bônus Demográfico

A projeção evidencia, ainda, a tendência do fim do Bônus Demográfico — que é quando a proporção de jovens, a população economicamente ativa, é maior do que a de idosos e crianças, elevando as chances de o país elevar o PIB. O período do Bônus iniciou-se há cerca de 50 anos e começa a perder seus efeitos antes mesmo de 2030, quando a maior parcela da população será de idosos, o que aumenta a pressão sobre os gastos em saúde e previdência social.

Na semana passada, projeção feita pelo próprio IBGE apontou que a população brasileira atingirá o ápice em 2041, quando chegará a 220.425.299 habitantes. Depois, esse número começará a cair, chegando a 199.228.708 até 2070. Isso significa que, em menos de duas décadas, o Brasil terá um crescimento negativo — o número de mortes será maior que o de nascimentos, e a população terá um envelhecimento ainda mais acelerado.

O Brasil ocupa a sétima posição na lista das nações mais populosas do planeta. Fica, inclusive, à frente das que têm as maiores extensões territoriais — como Rússia (9º) e Canadá (38º). O país está atrás de Índia, China, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão e Nigéria. (Com Agência Estado)

## MEIO AMBIENTE

### Onda de calor avança pelo país e ameaça intensificar queimadas

Uma nova massa de ar quente e seco avança pelo país desde ontem e deve se estabelecer sobre o Brasil na primeira semana de setembro. Segundo meteorologistas, haverá outra onda de calor a partir do dia 2 e pode ser a mais forte do ano — pior que as duas primeiras registradas no começo de 2024 (em março e maio), em termos de duração e alcance das temperaturas.

Trata-se de uma preocupação a mais, em função das queimadas que se espalham pelo país. A maior parte do Brasil deve enfrentar dias de calor extremo, com temperaturas acima das médias históricas e com índices muito baixos de umidade do ar, similares aos de regiões desérticas. Isso pode agravar ainda mais a situação das queimadas no Centro-Oeste. Em São Paulo, também há alerta de risco de queimadas em quase todo o estado para os próximos dias.

Ontem, a fumaça dos incêndios florestais afetou o funcionamento do aeroporto de Porto Velho e voos com destino a Brasília e São Paulo tiveram de ser cancelados devido à baixa



**Essa nova onda de calor está ligada à condições normais do clima. Isso não é anormal de acontecer nesta época. O aquecimento global colabora fazendo com que essas coisas sejam cada vez mais frequentes. Houve algumas ondas de calor durante o verão deste ano e essa repetição é relacionada às mudanças climáticas”**

**Luiz Felipe Gozzo,**  
meteorologista da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nos últimos dias, qualidade do ar de Brasília piorou devido aos incêndios em São Paulo e no Pantanal

visibilidade na pista. Foi o terceiro dia consecutivo que saídas foram canceladas.

### Emergência

A umidade do ar pode atingir valores de emergência — abaixo dos 12% em muitas áreas do sul de Mato Grosso, interior de São Paulo, Triângulo Mineiro, no nordeste do Mato Grosso do Sul e no sul de Goiás. “Essa nova onda de calor está ligada à condições normais do clima. O aquecimento global colabora fazendo com que essas coisas sejam cada

vez mais frequentes. Houve algumas ondas de calor durante o verão deste ano e essa repetição é relacionada às mudanças climáticas”, afirma o meteorologista Luiz Felipe Gozzo, da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Por meio do Centro de Gerenciamento de Emergência (CGE) da Defesa de São Paulo, é possível mensurar em mapas o nível de perigo para queimadas. A parte norte do estado — onde ficam Ribeirão Preto, Barretos e Franca — está em estado de emergência e o sul em alerta. Segundo os modelos meteorológicos, o risco

de incêndios está relacionado a altas temperaturas, que podem chegar a 35°C, ventos fortes de 60km/h e à baixa umidade relativa do ar, que é de menos de 30%.

A reta final do inverno vai ser marcada pelos termômetros nas alturas: a primeira frente fria mais forte de setembro só deve avançar a partir do dia 19, reduzindo o calor em alguns estados. A primavera começa oficialmente no dia 22 e se estende até 21 de dezembro. (Com Mayara Souto e Pedro José, estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi)

### » Tragédias: projeto facilita contratos

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei (PL) que cria medidas excepcionais para a aquisição de bens e para a contratação de obras e de serviços, inclusive, de engenharia, destinados ao enfrentamento dos impactos de calamidades públicas. Entre as medidas, estão dispensas de licitação, redução pela metade dos prazos previstos para a apresentação de propostas e de lances, prorrogação de contratos, celebração de contratos verbais e adoção de regime especial de registro de preços. Também há dispensa para a elaboração de estudos técnicos preliminares quando se tratar de aquisição e contratação de obras e serviços comuns. Além disso, há a permissão para a apresentação simplificada de termo de referência, de anteprojeto ou de projeto básico. O projeto autoriza o Executivo a conceder subvenção econômica de R\$ 2 bilhões, descontados os valores já concedidos — em decorrência da vigência da Medida Provisória 1.216/24 —, a mutuários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos ocorridos de abril e maio.